

A NACIONALIZAÇÃO NO CONTESTADO, CENTRO-OESTE DE SANTA CATARINA, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Nilson Thomé

Historiador e Professor Titular de História do Contestado e de História de Santa Catarina no Campus de Caçador da Universidade do Contestado – UnC

Mestre em Educação e Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

E-mail: nilson@connection.com.br

RESUMO: Breve estudo sobre o tema da “nacionalização” quando da aplicação de medidas repressoras ao uso da língua estrangeira e às escolas étnicas existentes nas vilas e núcleos coloniais também na Região do Contestado, no Centro-Oeste do Estado de Santa Catarina, verificado na primeira metade do Século XX, apreciado em suas duas etapas, a primeira antecedendo a deflagração da I Guerra Mundial e, a segunda, com maior intensidade, durante o Estado-Novo e a II Guerra Mundial. O ensaio associa as iniciativas governamentais de combate ao nazismo e ao fascismo, e a repressão das autoridades brasileiras e catarinenses ao uso cotidiano das línguas de origem – principalmente alemã, italiana, polonesa e ucraniana – para difundir a nacionalidade brasileira nas escolas étnicas e a condenação generalizada à “italianità” e à “deutschum”. O texto enfoca a universalidade do tema, em nível de Brasil, para alcançar a particularidade e analisar sua singularidade no campo regional.

PALAVRAS-CHAVE: Santa Catarina. Região do Contestado. Imigração. Escola. Étnica. Linguagem. Nacionalização.

NATIONALIZATION IN CONTESTADO, CENTRAL-WEST REGION, SANTA CATARINA, IN THE FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY.

ABSTRACT: A brief study on the issue of "nationalization" at the time that it was implemented repressing measures to usage of a foreign language and to ethnic schools in small towns and core colonies in the Region of Contestado, in the central- west of the state of Santa Catarina, and observed on the first half of the 20th century, focusing in two stages: the first one, it refers to the outbreak before the I World War and, the second one, with greater intensity, during the New-State and the II World War. The present paper associates the government initiatives to fight Nazism and Fascism, and the repression of the Brazilian and Santa Catarina's authorities to the usage of foreign languages on daily basis - mainly German, Italian, Polish and Ukrainian – in order to spread the Brazilian nationality in ethnic schools and the condemnation of 'Italianità' and 'deutschum'. This text focuses on the universality of the topic in Brazilian in order to reach particularity and to analyze its uniqueness in the regional field.

KEYWORDS: Santa Catarina. Contestado Region. Immigration. School. Ethnic. Language. Nationalization.

INTRODUÇÃO

No Centro-Oeste do Estado de Santa Catarina, ao Leste do Rio do Peixe e entre os rios

Iguaçu e Uruguai, localiza-se a “Região do Contestado” que, entre 1913 e 1916, foi cenário da Guerra do Contestado. Faz parte de área maior, que antigamente se estendia ao Extremo-Oeste, na fronteira com a Argentina (incluindo as atuais regiões do Oeste Catarinense e do Sudoeste Paranaense), constituindo o “Território Contestado”, assim conhecido até 1917, quando da solução final dada à questão de limites entre Paraná e Santa Catarina.

No final do século XIX e nos primeiros anos do Século XX, o Paraná, emancipado de São Paulo em 1853, administrou e promoveu a ocupação das terras ao Norte e a Oeste do Rio do Peixe, pelos seus municípios de Rio Negro, Porto União da Vitória, Palmas, Itaiópolis e Três Barras, enquanto que, por sua vez, Santa Catarina ocupou a área até a margem esquerda do Rio do Peixe pelos municípios de Lages, Curitiba, Campos Novos e Canoinhas. Neste tempo, começaram a chegar ao Setor Setentrional, na área administrada pelo Paraná, as primeiras levas de imigrantes, resultado dos planos paranaenses de colonização, compostas principalmente de alemães, russos, poloneses, ucranianos e alguns italianos, austríacos e suíços.

Até a abertura da estrada-de-ferro no Vale do Rio do Peixe, em 1910, a região teve vagaroso ritmo de desenvolvimento. O povo – caboclo luso-brasileiro, na maioria – vivia em solidão, longe dos recursos que a modernidade proporcionava às pessoas dos centros maiores. Suas principais atividades econômicas resumiam-se em extração da erva-mate, tropeirismo, lavouras de subsistência, criação de gado bovino e de suínos e, produção de derivados da pecuária. Foi neste cenário que ocorreu a Guerra do Contestado, o fato mais genuíno e marcante da história regional, que eclodiu pela junção de motivações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Integrante da Região Sul, a exemplo do que houve no Rio Grande do Sul e na Serra-Abaixo de Santa Catarina, o Paraná também sofreu os problemas criados pelo Império e, depois, pela Primeira República, na má condução da política nacional de imigração e colonização. Em relação ao Território Contestado, ao contrário das autoridades palacianas da Ilha de Santa Catarina, que reclamavam direitos sobre a área, mas nada faziam para ocupá-la efetivamente e integrá-la à comunidade catarinense, o Governo do Paraná entendia que, estando estas terras sob sua administração, deveriam ser a ele integradas de forma concreta, não só e necessariamente no sentido de “ocupação” por paranaenses, mas também, de “colonização” por milhares de famílias européias que emigravam para o Brasil, em busca de novas terras. Foi neste contexto que, seguindo os planos nacionais, o Paraná, desde enquanto

Província e, em seguida, como Estado, sempre se manteve aberto aos imigrantes, oferecendo-lhes terrenos no Planalto. Assim, durante o Século XIX, as questionadas fronteiras pelos rios Negro e Iguaçu não foram impedimento para que o Paraná se interessasse em introduzir os imigrantes sertão a dentro.

Terminada a Guerra do Contestado, já em 1917, depois da assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina (1916), os catarinenses incorporaram a área do Território Contestado havida do Paraná e nela criaram os municípios de Mafra (ao sul de Rio Negro-PR) e de Porto União (ao sul de União da Vitória-PR) no interior do Contestado, de Cruzeiro (depois Joaçaba) no Meio-Oeste e à direita do Rio do Peixe e, de Chapecó, no Extremo-Oeste, fazendo fronteira com a Argentina. Com o domínio das terras novas, a partir de 1918 o Governo Catarinense passou a incentivar planos de colonização, em parceria com a iniciativa privada, promovendo a vinda das maiores levas de imigrantes. A partir de 1918, a Cia. Estrada de Ferro também começou a comercializar com empresários de São Paulo e do Rio Grande do Sul, as terras demarcadas no Planalto Norte e ao longo das margens do Rio do Peixe, que recebeu da União por conta da construção da ferrovia.

O afluxo de imigração para as colônias do Vale do Rio do Peixe cresceu muito, a maioria com imigrantes europeus e descendentes de imigrantes, egressos das colônias velhas do Rio Grande do Sul, do Sul do Paraná e do Sul e Norte/Nordeste de Santa Catarina. Foram estas levas humanas que desbravaram as florestas e começaram a gerar riquezas. Ao longo das diversas linhas (travessões ou caminhos rurais) construíram capelas e abriram escolas primárias. Além da exploração da erva-mate e das madeiras de pinho e de lei, implantaram culturas agrícolas e, na pecuária, desenvolveram a suinocultura. Em seguida, ergueram os primeiros moinhos, motivando também a cultura do trigo. Elas se estabeleceram com coragem e determinação, fazendo surgir selarias, alfaiatarias, oficinas de consertos e fabricação de ferramentas, hospedarias e hotéis, casas de comércio, serrarias e novos moinhos.

Com relação à implantação do ensino na Região do Contestado, observamos que, durante o Império verificou-se a dominação da educação escolar e da alfabetização pelas oligarquias catarinenses e paranaenses, fenômeno que se estendeu pela República Velha, sendo algumas das suas características: a manutenção de pequeno número de escolas, resultando na baixa oferta de matrículas; estabelecimentos públicos voltados apenas para as primeiras séries do ensino básico; nenhum indício de intenção de abertura ao ensino profissionalizante rural ou industrial; excessivo controle do pessoal envolvido no processo educacional; nomeações de diretores de escolas e de professores com pouco ou nenhum

critério técnico e seguindo indicações políticas; e manutenção proposital da população adulta no analfabetismo absoluto.

Todos os municípios existentes até 1935 na parte catarinense da Região do Contestado passaram pelo processo educacional promovido pela Reforma Vidal Ramos (1911), ou seja, pelo sistema de ensino idealizado pelo paulista Orestes Guimarães. Entretanto, os primeiros “grupos escolares”, organizados vinte anos antes no Estado, só alcançaram o Contestado depois da Revolução de 1930. O descaso do poder público para com a educação no Centro-Oeste Catarinense era evidente. A lacuna – falta de escolas – foi preenchida, durante todos este tempo, pelos estabelecimentos particulares, na maioria, confessionais, paroquiais, com apoio das comunidades que surgiam na medida em que avançava a colonização e, onde não havia pastores, padres ou freiras, o ensino ficava por conta de professores arregimentados dentre os próprios imigrantes.

Considerando que a bibliografia da história educacional catarinense pouco contempla aspectos da nacionalização nos municípios do Centro-Oeste do Estado, este trabalho objetiva inserir a Região do Contestado nos estudos acerca do problema em Santa Catarina, ainda que, neste primeiro momento, utilizando basicamente fontes secundárias para provocar o interesse de outros estudiosos sobre o tema.

ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS NO CONTESTADO

Desde há alguns anos antes do Acordo de Limites PR-SC, dezenas de famílias de origem alemã já habitavam terras da região ao sul dos rios Negro e Iguaçu. Dentro dos planos da Província de São Paulo, de povoar o sul do seu território, alcançando as terras contestadas com Santa Catarina, no dia 6 de fevereiro de 1829 foi instalado o primeiro núcleo de colonização germânica catarinense, no hoje Município de Mafra, mas à época Rio Negro. No Planalto Norte, encontramos registros de muitas famílias germânicas pioneiras, chegadas desde então, diretamente da Europa, como também outras, vindas depois, originárias de outras colônias alemãs, tanto do Paraná como de várias partes do Brasil. Entre 1877 e 1888, chegaram a Rio Negro/Mafra famílias bucovinas, originárias da Baviera e do Böhmerwald.

Em 1881, estabeleceram-se em União da Vitória as primeiras famílias de imigrantes alemães incentivadas pelo Governo do Paraná. Nos vales do Iguaçu e do Timbó, na parte da

Região do Contestado que seria anexada a Santa Catarina, instalaram-se dezenas de famílias entre 1881 e 1885. Depois de 1910, encontramos em comunidades da área rural do hoje Município de Porto União os registros da chegada de mais famílias alemãs, atraídas pelos planos de colonização das terras do chamado Ramal de São Francisco e da linha principal da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG).

As primeiras famílias germânicas a chegar na parte central da Região do Contestado a partir de 1870, vieram diretamente da Alemanha, algumas delas tendo, antes, se fixado em terras de Rio Negro (PR) e em outras colônias alemãs do Sul do Paraná, que se instalaram nos campos de São João (Matos Costa), São João de Cima (Calmon) e Perdiz Grande (Lebon Régis), mais outras famílias que se estabeleceram na Serra e Campos do Corisco (Santa Cecília) a partir de 1885 e, também, em Campos Novos, todas tidas como latifundiárias, em fazendas de criação e lavoura¹.

Ainda em 1911, ao Sul do eixo Porto União-Mafra, agora no Alto Vale do Rio do Peixe, a companhia ferroviária fez uma das primeiras tentativas de colonização das terras marginais aos trilhos, com a instalação do pioneiro núcleo de famílias alemãs imigrantes na Estação de Rio das Antas, e na Colônia Rio do Peixe (hoje Piratuba), O plano de colonização foi interrompido em 1914 por causa da Guerra do Contestado, sendo reiniciado em 1918.

Logo após a Guerra do Contestado, surgiu a Colônia Bom Retiro, à margem direita do Rio do Peixe, no Passo da Limeira, onde está localizada a cidade de Luzerna. Depois de 1910, estendendo-se até por volta de 1930, encontramos em comunidades da área rural do hoje Município de Porto União os registros das chegadas de dezenas de famílias alemãs, também atraídas pelos planos de colonização das terras do chamado Ramal de São Francisco e da linha principal da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

Finda a I Guerra Mundial, chegaram mais famílias à Colônia Rio Preto (depois Princesa Isabel e atualmente Ipoméia, bem próxima à Colônia Rio das Antas). Com mais intensidade depois de 1918, a Colônia XV de Novembro e a Colônia Rio das Pedras (hoje Videira) receberam alemães e teuto-brasileiros. A partir de 1918, nas maiores áreas no Alto Vale do Rio do Peixe, foram constituídas mais colônias mistas em Ibicaré, Rio Caçador, Rio das Antas, Rio Preto, Caçador (Santelmo), Rio das Pedras, XV de Novembro e, com tirolezes, a de Treze Tilias, originando, assim, um segundo grupo de comunidades teuto-brasileiras na região, que se consolidaram até o final da década de 1950, quando praticamente cessou o fluxo migratório colonizador.

¹ Sobre a imigração e colonização alemã no Centro-Oeste Catarinense, ver: THOMÉ, Nilson. *Pioneirismo da Imigração Alemã, em Santa Catarina, na Região do Contestado*. Caçador: UnC/Museu do Contestado, 2004.

ITALIANOS E ÍTALO-BRASILEIROS NO CONTESTADO

A imigração italiana para Santa Catarina começou, de forma organizada, com registros para a História, a partir do contrato do Império com o Comendador Caetano Pinto, em 1874, destinando colonos para as regiões do Itajaí-Açu, Itajaí-Mirim, Vale do Tijucas e Sul do Estado². Estas iniciativas, assim, foram oficiais, tuteladas pelo Estado, este que não estava devidamente preparado para receber os imigrantes.

As primeiras notícias de italianos na Região do Contestado estão vinculadas à História do Paraná, sabendo-se da chegada, em 1882, de três imigrantes, para a montagem do vapor “Cruzeiro”, lançado para a navegação no Rio Iguaçu. Anos depois, em 1897, o engenheiro João Teixeira Soares, ele que seria um dos empreendedores pioneiros da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, proprietário da Fazenda Vila Zulmira, em União da Vitória, trouxe para este município vários imigrantes, entre eles as primeiras nove famílias italianas. A partir daí, incentivou-se a imigração de italianos e chegaram dezenas de famílias para desenvolverem atividades econômicas produtivas, distribuídas entre a cidade e o meio rural, também em áreas do hoje município catarinense de Porto União, espalhando-se pelo Planalto Norte.

Até o tempo da Guerra do Contestado (1913-1916), um mínimo de esparsos italianos fixou-se em cidades de outras áreas do Contestado. Coincidindo com o período da I Guerra Mundial, encerrado o conflito regional daqui e após a criação dos novos municípios de Cruzeiro (Joaçaba), Porto União e Mafra, teve início o plano de colonização das terras, que atraiu milhares de descendentes de imigrantes italianos das colônias velhas e mesmo das colônias novas do Rio Grande do Sul. Paralela e simultaneamente ao fluxo de alemães e teuto-brasileiros, as levas de italianos e ítalo-brasileiros, seqüenciais, atravessaram o Rio Uruguai e se dispersaram pelo antigo Território Contestado.

No Contestado, a primeira leva de imigração foi marcada pela integração e obrigatória convivência dos imigrantes (colonos) com a população considerada nativa (caboclos). Depois de 1918, na segunda leva, no Alto Vale do Rio do Peixe não se constituíram núcleos fechados italianos ou alemães, como ocorreu em outras partes do País e até mesmo no Paraná e em Santa Catarina. Na maior parte – salvo raras exceções – os projetos colonizadores foram

² “A imigração italiana começou a afluir só em 1875, atraída pelo governo imperial a quem pareceu sábia a decisão de misturar o elemento latino ao germânico, que prevalecia em todo o Sul do Brasil e que, desde então, começava a ser argumento de alguma inquietação” (DALL’ALBA, 1983, p. 105).

efetivados em colônias mistas³. Os imigrantes italianos e germânicos, miscigenando-se com os nativos e com imigrantes de outras origens, pelos processos de assimilação cultural contribuíram para que, gradativamente, fosse se compondo um “homem do Contestado”, tanto quanto um “homem brasileiro” ou um “homem catarinense”. O elemento estrangeiro não pode ser considerado um corpo estranho, e sim, parte deste corpo. Entretanto, isso não significa que em Santa Catarina não houve tentativas de construção da *Italianità*⁴.

POLONESES E UCRANIANOS NO CONTESTADO

Depois da introdução dos alemães, em 1829, uma das mais importantes correntes imigratórias dirigidas para o Sul Paranaense, mais especificamente para a Bacia do Iguaçu, foi a formada, conjuntamente, por dois povos da Europa Oriental que vieram, inicialmente, sob diferentes rótulos: os poloneses, que eram “carimbados” como imigrantes austríacos, russos ou alemães e, os ucranianos que aqui entravam como se fossem poloneses ou russos. Este fenômeno, da não identificação da etnicidade dos poloneses e dos ucranianos, ocorreu por que, quando do processo imigratório, a Polônia e a Ucrânia não existiam como nações independentes.

O Paraná, depois de receber, em 1871, a primeira leva de 164 imigrantes poloneses que, originalmente, havia sido destinada para se instalar em Brusque (SC), recebeu 28 mil entre 1890 e 1896 e, mais 27 mil, entre 1907 e 1914, muitos deles sendo destinados ao Sul do Estado, onde constituíram as colônias de Orleans, Irati, União da Vitória, Santa Cândida, Araucária e outras.

³ A colonização continuou recebendo prioridade, ainda vinculada à imigração, mesmo após as mudanças do regime político em 1930 e 1937, apesar da maior intolerância com os alienígenas diante do recrudescimento do nacionalismo assimilacionista. O discurso político sobre os trabalhadores nacionais marca do Estado Novo não diminuiu o espaço para o imigrante qualificado pela condição de agricultor ou artesão (estabelecida na legislação). A Amazônia e o Centro-Oeste eram regiões consideradas demograficamente “vazias”, com população indígena desnacionalizada, uma contradição que devia ser resolvida pela migração interna, especialmente oriunda do nordeste. Para “evitar” os erros do passado, os imigrantes não deviam formar comunidades homogêneas, e a expressão “colônia mista” tornou-se denotativa da eficácia do processo de assimilação. Nesse caso, as novas áreas de colonização abertas no sul, principalmente no planalto catarinense e paranaense, deviam receber imigrantes de diferentes procedências, e também colonos nacionais, evitando a formação dos chamados “quistos étnicos” (SEYFERTH, Giralda. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/n53/giralda.html>).

⁴ Thales de Azevedo, em sua obra *Italianos e Gaúchos*, define a *italianità* como sendo um movimento de defesa e de conservação do complexo sócio, cultural, econômico e político da sociedade colonial, além de ser uma tentativa de manter laços afetivos, políticos e econômicos com a metrópole de origem (AZEVEDO, 1975, p. 233).

No Município de Rio Negro, em terras reclamadas por Santa Catarina, os poloneses foram instalados na Colônia Lucena (hoje Município de Itaiópolis), Dali, à medida em que passaram os anos, seus descendentes vieram a ocupar terrenos no Lajeado (hoje Município de Monte Castelo), em Três Barras, em Papanduva, na Colônia Vieira (hoje Município de Major Vieira), em Canoinhas, em Valões (hoje Irineópolis) e em Porto União, enfim, em diversos pontos do lado esquerdo dos rios Negro e Iguazu, da mesma forma como, no outro lado destes rios e, principalmente, no Vale do Alto Iguazu, sempre sob domínio paranaense, multiplicavam-se as colônias polonesas.

Calcula-se que entraram no Paraná, a partir de 1891, cerca de 35 mil ucranianos, que foram instalados em colônias. A difícil identificação é gerada em parte devido à pouca clareza dos passaportes, tendo sido considerados polacos, russos ou austríacos. Como seu local de origem estivesse sob domínio de outra nação, os documentos expedidos levavam o timbre da nação responsável. Os colonos eslavos do Vale do Iguazu, na maioria procedentes da região da Galícia, eram classificados como sendo polacos, austríacos ou polaco-russos.

As comunidades rurais de Jangada do Sul, Nova Galícia, São Miguel, Achilles Stenghel e Santa Maria, atualmente localizadas em território de Porto União, foram as primeiras bases dos ucranianos em Santa Catarina. Destes núcleos, bem como dos poloneses, saíram diversas pessoas que participaram da Guerra do Contestado, tanto como aliados dos rebeldes, como integrantes dos piquetes civis formados para combatê-los. Estes eslavos – poloneses e ucranianos – eram originários, também, da margem direita do Rio Iguazu, onde suas colônias situavam-se intercaladas às fazendas dos “coronéis”.

Ao imigrarem para o Paraná, devido às afinidades existentes, os ucranianos localizaram-se nas mesmas colônias dos poloneses, entretanto, mantiveram as distinções mais nítidas quanto à língua, culto religioso e convivência em sociedade. A língua ucraniana é intermediária entre as línguas eslavas. Morfologicamente assemelha-se ao russo e foneticamente ao servo-croata e, quanto aos significados, tem muito em comum com o polonês. Enquanto a Polônia recebeu a religião católica de Roma, a Ucrânia adotou o catolicismo oriental de Constantinopla, o ortodoxo, devido à influência da cultura bizantina. Assim, a Igreja Ucraniana apresenta o rito católico-ucraniano, diferente do rito católico-latino dos poloneses.

EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E NACIONALISMOS

Nos anos da década de 1930, um tema que era debatido desde o século anterior e que fora muito comentado durante a I Guerra Mundial, voltou à tona. Acentuava-se novamente a existência de intenções político-militares alemãs no sul do Brasil, destacando-se o papel que os “teutos” residentes na área deveriam exercer neste empreendimento (GERTZ, 1987, p. 74).

Os primeiros hitleristas apareceram em 1929, iniciando uma campanha de infiltração por parte dos adeptos do líder alemão nas zonas de colonização germânica, a qual recrudescer depois de 1933. A tática usada nesta infiltração foi o envolvimento de todas as antigas sociedades alemãs, reunindo os alemães e os descendentes teutos, mesmo os que já se consideravam também brasileiros, visto que entendiam poder conciliar perfeitamente a dicotomia ser alemão e ser brasileiro, desde que não deixando de lado as tradições e a cultura herdada dos antepassados – *a deutschum*⁵ – e trazidas para o Brasil.

A busca das origens, a negação do estrangeiro e a idéia de que o “sentimento nacional” é o mecanismo que une a nação, mais do que a própria idéia de pátria geográfica, são, enfim, os critérios mais comuns de definição. Daí a importância dada ao sangue (ou raça) e à língua como elementos fundamentais da nacionalidade. Não é à toa que, na língua alemã, um único termo – Volk – signifique simultaneamente nação, etnia e povo. (...) O elo que liga um povo (ou nação) é o que os alemães chamam de *Volksgemeinschaft* e *Deutschum*, o que quer dizer uma comunidade de interesses e uma cultura, raça e língua comuns – a consciência nacional alemã (SEYFERTH, 1981, p. 9).

À vista da proposta “varguista” de se “abrasileirar” a República e de se construir uma consciência nacional, em 1938 o Estado-Novo entrou em choque com o projeto alemão e o seu nacionalismo. Tomou força o imperativo do Estado-Novo de formação de uma “raça homogênea” e de um “povo integral”, da proteção do homem brasileiro visando o progresso material e moral do país. Por conta desta proposta, o governo de Vargas elaborou uma política de proteção à família, ao trabalho e à pátria, através da educação e do controle da imigração. Outra medida foi um projeto contra a entrada de estrangeiros em prol do “abrasileiramento” dos núcleos de colonização. Por isso, o Estado-Novo implementou leis que proibiam aos estrangeiros várias atividades econômicas e políticas.

Em a 5ª Coluna no Brasil, o Tenente-Coronel Aurélio da Silva Py, do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, do Rio Grande do Sul, explica que desenvolveu a

⁵ “A colônia de imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil eram reconhecidos como teuto-brasileiros e parte desta colônia identificava-se com a noção de *Deutschum* (germanidade), ou seja, preservação da língua, raça e cultura alemães” (COHEN, Ester. *O Governo Federal e o Partido Nazista no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, p. 54).

nacionalização-brasileira em seu Estado, também em contra-posição à nacionalização-alemã proposta pelo nazismo e reproduz as palavras de Hitler, de 1925, em “*Minha Luta*”, como transcreveu:

O problema da nacionalização de um povo deve começar pela criação de condições sociais sadias, como fundamento de uma possibilidade de educação do indivíduo. Somente quem, pela educação e pela escola, aprende a conhecer as grandezas culturais, econômicas e, sobretudo, políticas da própria pátria, pode adquirir e adquirirá, certamente, aquele orgulho íntimo de pertencer a um tal povo. Só se pode lutar pelo que se ama, só se pode amar o que se respeita e respeitar o que pelo menos se conhece (PY, 1942, p. 259).

Luiz Bezerra Neto, quando ainda em sua pesquisa para doutoramento em Educação na UNICAMP, na parte em que trata do ruralismo e a defesa do nacionalismo⁶, salienta que a “desnacionalização” verificava-se no Brasil desde anos antes da Revolução de 1930, ao mencionar obras de Sud Mennucci, de 1930, 1932 e 1934, e de Aggeô Pereira do Amaral, de 1932. Assim, antes do sepultamento da República Velha, portanto, ainda antes do Estado Novo, já existia a preocupação pela “nacionalização” dos imigrantes. Dizia Amaral:

Habitada por brasileiros de todos os estados e por estrangeiros de quase todos os países, zonas há em que a escola precisa radicar a população dos diferentes núcleos, despertar-lhe o amor ao trabalho agrícola e, principalmente, arrebanhar a criança para a sombra do pavilhão brasileiro, ao som de hinos cantados em nosso idioma, ao sabor de fatos históricos de nossa pátria, fazendo sentir às crianças, filhas de estrangeiros, o dever de amor e dedicação ao solo brasileiro, a esta pátria que é a sua, apesar de não ser a de seus progenitores (AMARAL, 1932, p. 57).

Conforme Sud Mennucci, a nacionalização do território brasileiro se daria pelo ensino, principalmente pelo ensino público, que ainda não estava corrompido pelos vícios da desnacionalização, tal qual o ensino praticado nas escolas particulares, criadas pelos imigrantes, que como consequência, mantinham suas línguas de origem. Outro problema destacado por Mennucci, era a falta de controle sobre as escolas particulares, que reinavam autônomas na nação brasileira, sem uma lei geral que as regulamentassem e sem uma fiscalização eficiente que desse conta do enquadramento dessas escolas, como ocorria com as

⁶ BEZERRA NETO, Luiz. *A luta pela escola pública rural na primeira metade do século XX e suas articulações com o ruralismo pedagógico*. Texto provisório de capítulo de tese de Doutorado, quando em elaboração. Campinas: Unicamp, 2002.

escolas públicas (MENNUCCI, 1932, apud BEZERRA, 2002). A desnacionalização verificava-se pelo uso das línguas estrangeiras, incorporadas pelos imigrantes que pelos mais variados motivos se recusavam a falar o português. Para Mennucci, que teve experiência na nacionalização do ensino em São Paulo, depois da I Guerra Mundial,

[...] foi um trabalho exaustivo exigir que todos os professores e diretores de escolas particulares soubessem falar corretamente o português; que nenhuma criança brasileira fosse alfabetizada em língua estranha; que nenhum professor de jardim de infância, de geografia, de história pátria, de língua materna deixasse de ser brasileiro; que todos os livros, cadernos, mapas murais, mapas e material de ensino fossem redigidos em português, bem como toda a escrituração do estabelecimento e o próprio nome da casa; fiscalizar a adoção de livros didáticos, tanto em vernáculo, como em língua estrangeira, para evitar continuassem os nossos conterrâneos a ler insultos contra o nosso país; fazer respeitar rigorosamente os dispositivos que proibem os castigos físicos, as más instalações dos prédios e o acúmulo de crianças nas salas, tudo isso foi uma tarefa superior ao trabalho normal dos onze anos da delegacia (MENNUCCI, 1932, apud BEZERRA, 2002, p. 41).

Além das limitações à língua estrangeira e às restrições nas escolas, não foram poupados métodos repressivos violentos, sendo que inúmeras foram as queixas e perseguições aos alemães, de interceptação de correspondência particular, de jornais, revistas, programas de rádio e, ainda, perseguição e molestarmento às pessoas que tinham por hábito o uso da língua alemã.

No caso específico da nacionalização, quase toda a preocupação foi concentrada nos núcleos de colonização estrangeira, e era o grupo alemão o que mais se prestava à essa estigmatização, pela proximidade, sempre a ele associada, com o nazismo. Mas a agressividade contra os alemães parece ter sido mais reforçada com o argumento da infiltração nazista do que propriamente inspirada e fundamentada nessa infiltração; de fato, a natureza uniformizadora do projeto do governo era anterior à penetração da ideologia nazista no sul do Brasil (SCHWARTZMAN et al, 1984).

Era o brasileiro que rejeitava o imigrante e não o estrangeiro que, ao se recusar a aprender a língua portuguesa, não aceitava vir a ser brasileiro. A nacionalização dos cidadãos brasileiros passaria necessariamente pela nacionalização das escolas, através de professores capazes de se ambientarem nos meios estrangeiros e transformarem suas mentalidades (RODRIGUES, 1937, p. 8). Não era atribuída ao Estado, mas ao professor, a tarefa da nacionalização das escolas estrangeiras, como se esse pudesse livremente deliberar sobre as relações produzidas no interior do sistema educacional.

Em *O Braço Estrangeiro*, sua fala no I Congresso Brasileiro de Educação Rural, Francisca Rodrigues entendia que a língua, constituía-se num dos pilares da defesa do estrangeirismo, na medida em que “a língua é o expoente excelso das nacionalidades! Os estrangeiros sentem melhor essa verdade. Cerram-se em um círculo onde a palavra, que é a sua, não é entendida por nós” (RODRIGUES, 1937, p. 9). Entretanto, ela não atenta para o fato de que não se transformam os interesses de uma nação ou se executa a implantação de uma língua apenas pela vontade dos professores, mas por leis que se façam cumprir e por um sério trabalho de educação e formação, mormente nos ambientes extra-escolares como igrejas, clubes e meios de comunicação de massa. Com o estabelecimento e permanência das escolas estrangeiras, acreditava que “enquanto o Brasil se abre festivo, agasalhando os elementos que, em busca do seu bem-estar, cooperam para que possamos crescer e progredir, eles continuam fiéis à pátria longínqua”, (RODRIGUES, 1937, p. 84), dificultando sua integração à nação que os acolheu e que lhes sustenta e sempre prontos a defender os interesses de sua antiga pátria.

As escolas primárias italianas eram apontadas pela diplomacia italiana como meio de ligação dos imigrantes com a pátria-mãe, devido ao ensino em língua italiana. Clarícia Otto entende que “cultivar o amor à pátria de origem não significava não se integrar à cultura brasileira e, particularmente, à língua. A necessidade de vencer, de *far la Mèrica*, passava também e, principalmente, pelo conhecimento da língua da nova pátria” (OTTO, 2003, p. 137).

Dentre as redes escolares, verifica-se que as escolas ou aulas particulares organizadas pelos próprios colonos não tinham objetivos políticos de manter o culto à Itália. Nessa primeira fase de existência elas não foram focos para o cultivo da *italianità*, mas podem ter contribuído para a coesão grupal, já que a língua é uma das formas de identificação cultural. Os imigrantes italianos não tinham senão o domínio da língua trazida da Itália. Esse aprendizado se fazia em italiano ou dialeto falado por eles e era parte de sua estrutura mental e cultural. A opção por essa forma de aprender nesse primeiro estágio da organização escolar foi decorrência da falta de escolas públicas ou de qualquer outro tipo de escola (OTTO, 2003, p. 137).

Ao estudar a memória histórico-discursiva produzida a partir do lugar do sujeito imigrante tornado brasileiro, incluindo aí a memória da sua língua, pensando essas memórias na relação entre as línguas dos imigrantes e a língua nacional, e entre as formulações da experiência de imigração e a discursividade nacional brasileira, em sua pesquisa de doutorado

na UNICAMP, *Memória(s) da língua. Língua nacional e língua materna*, M. Onice Payer entende que houve um silenciamento ou apagamento das línguas dos imigrantes no Brasil, e que há traços da língua, presentes no Português, indicando sinais de sobrevivência da língua apagada. Esse apagamento é entendido pelo avesso, já que não se pode dizer que houvesse uma intenção do Estado em impedir que os imigrantes falassem suas línguas. Tratava-se de levá-los a falar a língua nacional do Brasil e a torná-los sujeitos de nacionalidade brasileira.

Esta leitura pelo avesso encontra vestígios significativos já nas primeiras tentativas de nacionalização dos imigrantes propostas no início do século. Mas o acontecimento histórico-lingüístico mais importante para o silenciamento das línguas dos imigrantes foi a sua interdição oficial durante o Estado Novo, a partir de 1937, através de instrumentos jurídicos (Constituição de 1937, decretos-leis estaduais, portarias, inspeções, etc.). O objetivo enunciado pelo Estado, ao lado do fortalecimento do Estado Nacional – bandeira política de Vargas – era o de inibir a manifestação dos imigrantes italianos e alemães no contexto da segunda guerra mundial (PAYER, sd.).

O Golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 buscou acautelar as tradições de soberania e de povo livre do Brasil. Por ato do Governo da República de 18 de abril de 1938, foi vedado aos estrangeiros participar de atividades políticas no Brasil. Em setembro de 1938, aconteceu a retirada provisória dos respectivos embaixadores e, em 1942 verificou-se o rompimento completo das relações e decretação do estado de guerra ao Eixo por parte do Brasil.

Em 1938, o Estado-maior do Exército alertava o Governo Federal sobre a necessidade de ampliar as medidas de nacionalização do ensino, até então restritas às escolas da zona rural. Era uma decisão que implicava em novos recursos, uma vez que o fechamento de escolas particulares deveria ser compensado com a abertura de escolas oficiais.

Segundo Payer, a repressão política se tornou brutal e generalizada em 1942. A campanha de nacionalização exigiu que os imigrantes assumissem a brasilidade e assim acabou contrapondo duas visões de mundo e gerando um novo conjunto de valores. “A proibição da utilização escrita e oral dos idiomas europeus teve um significado ideológico profundo para as populações de origem alemã, significou uma interferência na sua cultura, na sua própria personalidade” (PAYER, sd).

NACIONALIZAÇÃO EM SANTA CATARINA

Preliminarmente, precisamos considerar o período de 1904 (quando da criação da Associação Escolar para Santa Catarina) a 1917 (quando do ingresso no Brasil na Primeira Guerra Mundial, contra os alemães), tido como o de maior intensidade do desenvolvimento das colônias alemãs e, conseqüentemente, das escolas alemãs no Estado.

A entrada do Brasil na guerra em outubro de 1917 resultou no fechamento generalizado das escolas teutas, tanto particulares como comunitárias. Isso significou, argumenta Soething, que em torno de 6.000 crianças ficaram sem ensino, visto que as escolas públicas não tinham condição de atender essa demanda (SOECHTING, 1929, apud KLUG, 2003, p. 151).

Por ocasião da I Guerra Mundial, em 1917, com a entrada do Brasil no conflito contra a Alemanha, o Ministério do Interior havia determinando o imediato fechamento de duzentas escolas particulares catarinenses, na maioria teuto-brasileiras, nas quais não se ministrava a Língua Portuguesa. Em 1918, apenas 72 dessas escolas foram reabertas, empregando professores brasileiros. Entretanto, nem o fechamento de algumas escolas alemãs e italianas na Primeira Guerra Mundial, por causa da propalada desnacionalização, nem o Decreto de nº 1.063, de 8 de novembro de 1917, do governador Felipe Schmidt, determinando que as aulas em Santa Catarina deveriam ser ministradas em língua portuguesa, eliminaram definitivamente as escolas particulares, as paroquiais e as subvencionadas pelos governos da origem, muitas delas tendo sobrevivido até 1930, ou além dessa data.

O Prof. Orestes Guimarães, reformador da educação catarinense na primeira e na segunda década do Século XX, quando veio de São Paulo para administrar o Colégio de Joinville, já em 1908 preocupava-se com a nacionalização, zelando pela contratação de professores, dentre eles “um especialmente destinado ao ensino simultâneo da língua portuguesa e alemã, visto assim ser necessário por se compor a matrícula de quase dois terços de crianças que primitivamente desconheciam o idioma pátrio” (FICKER, 1965, p. 382). O historiador joinvilense acrescenta parte do relatório de inspeção da época, destacando: “Hoje, é verdade, a matrícula é a metade de outros tempos, mas não é para desanimar, considerando que 2/3 dessa matrícula compõem-se de crianças de origem alemã, que gostosamente recebem todo o ensino em português, continuando, como é justo e útil, a aprenderem a língua de seus dignos antepassados” (FICKER, 1965, p. 382).

A Primeira Guerra Mundial desempenhou no Brasil, no setor da imigração, o papel de despertadora das atenções do governo para as diversas comunidades

étnicas aqui estabelecidas. Uma onda de nacionalismo apoderou-se das autoridades constituídas. Com o grito de “perigo germânico”, lançado pela imprensa nacional, face às emoções e perigos que a guerra proporcionava ao Brasil, em virtude de ter-se o mesmo definido pela causa dos aliados, bem como o perigo que a eficiente organização da imigração alemã no Brasil poderia possivelmente proporcionar à segurança nacional, levou as autoridades à revisão das leis existentes sobre os estrangeiros (WACHOWICZ, 2002, p. 39).

A “Campanha da Nacionalização”, levada a efeito em todo o País pela Ditadura de Getúlio Vargas, no Estado-Novo (1937-1945), alcançou em cheio o Estado de Santa Catarina com conseqüências negativas imediatas, principalmente nos municípios localizados nas zonas de colonização. Entendendo que a influência estrangeira ameaçava a unidade nacional brasileira, o objetivo do Governo de Getúlio Vargas, na segunda metade da década de 1930, foi “nacionalizar” as populações consideradas “alienígenas”, compostas pelas minorias étnicas de imigrantes europeus, notadamente alemãs e italianas, por ele consideradas nazistas e fascistas, uma vez que, estas, insistiam em manter as culturas de origem. Um desses “problemas”, para a segurança nacional, estava no sistema educacional, com a utilização de professores estrangeiros e o uso das línguas estrangeiras nas escolas.

O lageano Nereu Ramos assumiu o Poder Executivo Estadual a 1º de maio de 1935 e ficou no cargo até novembro de 1945, cabendo-lhe implementar a nacionalização no Estado. Enquanto Governador e Interventor, sempre foi prestigiado por Getúlio Vargas.

Quando a Campanha de Nacionalização recrutou elementos para o grupo de elite que deveria administrá-la, Nereu Ramos foi convocado por quatro motivos: visceralmente nacionalista, governava Santa Catarina, estava a par do momento político internacional onde o III Reich agressivamente atuava, herdeiro político de Vidal Ramos, que organizara a primeira reforma do ensino catarinense. E ainda fazia parte do grupo produtor de reformas políticas nacionais no interesse do Partido Democrático. E foi dali que chegou à Aliança Liberal e também à Revolução de 1930 (JAMUNDÁ, 1968, p. 17).

Nas funções de controle educacional, realizadas pelos inspetores escolares, o que mais os interessava eram as zonas de colonização estrangeira e a tônica do discurso era sempre o culto à nação. Além disso, deu-se a entronização de um conjunto simbólico como a bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais. Em 1936, por exemplo, o inspetor escolar de Criciúma registrou a falta da Bandeira Nacional em todas as escolas que visitara. Nereu Ramos, Interventor federal, relatou que “zombando da fiscalização [os professores] não ministravam o

ensino na língua vernácula”⁷. Diante desta constatação, o governo estadual impôs maior rigor, pois, em sua opinião, as escolas estrangeiras eram focos de desnacionalização e de enfraquecimento dos sentimentos brasileiros.

As medidas tomadas por Nereu Ramos dentro do processo de “nacionalização do ensino”, dez anos depois, ainda eram elogiadas pela equipe de governo do clã dos Ramos que, em 1949, continuava instalado no Palácio Catarinense.

A consolidação desta grandiosa obra foi feita pelo próprio filho de Vidal Ramos, o Sr. Nereu Ramos, quando então interventor do Estado de Santa Catarina durante o governo do Dr. Getúlio Vargas. A luta que o Sr. Nereu Ramos teve de enfrentar em nada ficou devendo à que seu pai tivera 25 anos antes, guardando sempre as proporções de tempo e espaço. Esta luta foi a da nacionalização do ensino.

Santa Catarina é o Estado do Brasil que apresenta a maior população de origem alemã. [...]. As únicas escolas que os habitantes conheciam eram as alemãs, dirigidas por professores alemães, e onde se ensinava exclusivamente o alemão. Nessas escolas, o português era uma língua cujo estudo era considerado facultativo...

Em menos de três anos o Sr. Nereu Ramos liquidou com esta influência estrangeira no ensino nacionalizando completamente toda uma região, considerada por muitos como irrecuperável. Quase que de um só gesto fechou mais de 700 escolas de organização estrangeira (escolas paroquiais) ao mesmo tempo que abria outras tantas dirigidas por professores nacionais nos mesmos lugares onde antes funcionavam as primeiras (In: *A Educação em Santa Catarina*. Revista do Globo. Porto Alegre, ed. 15/10/1949, p. 53-55).

No Estado de Santa Catarina, em 1935, das 2.066 unidades escolares, 1.465 eram públicas e 610 (30%) eram particulares, onde estudavam 24% do alunado catarinense. No processo de nacionalização desencadeado pelo Estado-Novo, as escolas desempenharam papel preponderante. Nas colônias e vilas formadas por imigrantes alemães as escolas foram alvo da fúria nacionalista. Com a Campanha de Nacionalização, oito anos depois, em 1943, de um total de 2.449 escolas no Estado de Santa Catarina, apenas 105 (4,29%) eram particulares e 2.344 eram públicas.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, contra a Alemanha e a Itália, os alemães e os italianos, bem como os teuto-brasileiros e os ítalo-brasileiros catarinenses, passaram a sofrer na carne, muito mais do que antes, o revés pela manifestação anterior de apoio ao nazismo e ao fascismo. A resposta governamental, federal e estadual, pela campanha

⁷ Relatório apresentado pelo Dr. Nereu Ramos, interventor federal no Estado de Santa Catarina, em outubro de 1938, ao Exmo. Sr. Presidente da República. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938, p. 17.

da nacionalização, atingiu todas as comunidades (alemãs, italianas, mais as polonesas e ucranianas) catarinenses e, assim, também as da Região do Contestado, aqui instaladas quando da colonização.

A NACIONALIZAÇÃO NO CONTESTADO

Juntamente com as escolas particulares dos pioneiros imigrantes italianos, alemães, poloneses e ucranianos, no Contestado, as escolas paroquiais – as católicas (alemãs, italianas e polonesas), as luteranas (alemãs) e as ortodoxas (ucranianas) – criadas pelas igrejas que atendiam os imigrantes, supriam a quase total ausência de unidades escolares públicas junto aos núcleos coloniais nos interiores dos municípios do Contestado.

Seguindo as diretrizes da legislação extraordinária federal, mais especificamente, o Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, regulamentado pelo Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938, mais o Decreto nº 868, de 18 de novembro de 1938, a Lei nº 7.614, de 12 de dezembro de 1938, o Decreto nº 1.545, de 15 de agosto de 1939, o Decreto nº 1.006, de 10 de dezembro de 1939, alcançando a 8 de março de 1940, com o Decreto nº 2.072, entre outras providências drásticas pela nacionalização⁸, o Interventor Estadual em Santa Catarina, Dr. Nereu Ramos, determinou o fechamento de escolas particulares, as prefeituras interditaram as escolas primárias municipais subvencionadas, demitiram o respectivo professorado e as converteram em escolas municipais.

Esse decreto possibilitou ao Interventor fechar grande número de escolas particulares, e não permitir a abertura de outras. Nas áreas de colonização alemã do Estado, como foi o caso do Vale do Rio do Peixe, tornava-se bastante difícil, para os responsáveis pelas escolas já em atividades, a obediência plena das normas exigidas no Decreto-lei nº 88. A mudança repentina de governo, que passou a controlar a educação através de decretos, com uma fiscalização rígida do ensino nas áreas coloniais, tornou impossível às escolas, o cumprimento, em curto prazo, das exigências legais. Com isso, várias foram as escolas comunitárias e particulares do Estado que tiveram de fechar suas portas, por não terem seus requerimentos de licença aprovados pela Secretaria do Interior e Justiça, ou mesmo por não conseguirem reunir

⁸ Ver a legislação estadual extraordinária, representada por: Decreto-Lei nº 35, de 13 de janeiro de 1938, que proíbe o uso de nomes estrangeiros em sedes ou núcleos de populações que se criarem e nos estabelecimentos escolares que recebam auxílio, ou favor, do estado e dos Municípios; Decreto-Lei nº 88, de 31 de março de 1938, que estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares no estado; Decreto-Lei nº 124, de 18 de junho de 1938, que cria a Inspeção Geral das Escolas Particulares e nacionalização do Ensino; Decreto-Lei nº 142, de 20 de julho de 1938, que dispõe sobre sociedades escolares; e Decreto-Lei nº 301, de 24 de fevereiro de 1939, que estabelece normas para a obrigatoriedade do ensino primário, institui a quitação escolar e cria o registro do censo escolar.

as condições viáveis para requerer essa licença (BLEICHUVEL, 2000, p. 190).

A nacionalização do ensino induziu a uma destruição generalizada e indiscriminada da memória histórica regional. Foram destruídos livros, revistas, almanaques, jornais e muitos outros documentos daquele período. Esta destruição foi efetivada tanto pelos agentes oficiais, que estavam a serviço da Nacionalização, quanto pelos próprios imigrantes e seus descendentes teutos e ítalo-brasileiros, como uma atitude de auto-defesa. Da mesma forma, muitas comunidades, principalmente do meio rural, foram privadas de seu líder principal, o professor, e foram obrigadas a assistir à desestruturação da rede de organização comunitária. As escolas tidas como estrangeiras foram extintas definitivamente durante o denominado Estado-Novo (1937-1945).

Num estudo de caso, específico sobre a história do “Ginásio Aurora”, tivemos a oportunidade de abordar o resultado da nacionalização na principal casa de ensino do Oeste de Santa Catarina⁹. O então considerado exemplar estabelecimento, pioneiro no ensino ginásial nesta parte do Estado, com internato, semi-internato e externato, havia sido criado em Caçador, no ano de 1934, por iniciativa de um casal italiano – Dante Mosconi e Albina Mosconi – que eram seus dirigentes, até que, em 1938, pressionados pela aplicação da legislação e perdendo as subvenções públicas, foram forçados a vendê-lo aos Irmãos Maristas.

Adelar Heinsfeld anota que, no relatório que apresenta ao Presidente da República, referente ao exercício de 1943, o interventor Nereu Ramos salienta que a administração estadual não descuidou da educação catarinense desde 1911, quando seu pai, Vidal Ramos lançou os fundamentos de uma grande reforma no mecanismo escolar de Santa Catarina, destacando:

“O fenômeno da nacionalização escolar vinha de longe, e agravado, no suceder dos anos, pela excessiva liberdade concedida ao ensino particular. Nas extensas zonas de colonização, as escolas provadas subiram à centenas, desenvolvendo-se à margem de qualquer característica de brasilidade, e custeadas pelo espírito associativo do colono, senão por governos estrangeiros”. Diante da “gravidade” que as escolas particulares representavam só havia uma solução: “Fechar as escolas de cunho desnacionalizante e substituí-las imediatamente por outras, diretamente mantidas pelo Estado”. As dificuldades financeiras do Estado aconselhavam a não fazer despesas imensas. Mas isso não foi considerado empecilho pelo interventor: “Não nos deixemos, entretanto, impressionar pela magnitude do

⁹ Ver THOMÉ, Nilson. *Colégio Aurora – Uma Visão Histórica*. Caçador: Prefeitura Municipal, 1993.

problema educacional, a qual consagramos as nossos melhores atenções através de legislação incisiva, que permitiria o fechamento d'algumas centenas de unidades, cujo corpo discente se crava no desamor ao Brasil” (In: HEINSFELD, 2003).

A agressiva política de nacionalização do ensino desencadeou-se em Santa Catarina, na administração de Nereu Ramos¹⁰, sob orientação dos órgãos federais¹¹, em 1938 e 1939, logo alcançando as administrações municipais, estas também sob intervenção. As escolas comunitárias e particulares foram fechadas e os professores não brasileiros foram proibidos de lecionar. O desmonte do aparato escolar criado pelos imigrantes foi imediato, como lembra Ecleides Bleichuvel:

No Vale do Rio do Peixe o projeto nacionalizador, ao contrário de outras realizações, chegou rapidamente. Os interventores nos municípios eram pessoas perfeitamente identificadas com os objetivos governamentais e atenderam prontamente as ordens superiores relativas a nacionalização. A participação do poder público foi eficiente e aconteceu sem grandes choques. No entanto, o fechamento das escolas comunitárias e o afastamento dos professores escolhidos e estimados pelas comunidades provocaram reações negativas por parte da população (BLEICHUVEL, 2000, p. 186).

Sobre a situação na cidade de Cruzeiro (atual Joaçaba), à época separada de Herval (Campos Novos) apenas pelo curso do Rio do Peixe, Adelar Heisfeld conta que

[...] com o advento do Estado Novo e com o início da Campanha de Nacionalização em 1938, aquilo que até então era exaltada, a presença do imigrante, passa a ser combatido de uma forma muito intensa. As medidas impositivas decorrentes do processo de nacionalização se fizeram sentir nas comunidades ao longo do Vale do Rio do Peixe que tiveram sua colonização fundamentada nos emigrantes de origem alemã e italiana. A campanha era executada em todos os níveis. Jornais da cidade de Cruzeiro reproduziam os discursos de Getúlio Vargas, engajados que estavam na campanha da nacionalização. Além de reproduzir os discursos do Presidente, atacavam violentamente os que não eram considerados “brasileiros” (HEISFELD, 2003).

Ainda antes da instituição do Estado Novo e, por conseguinte, da deflagração da campanha nacionalista, a imprensa do Município de Joaçaba já deixava clara a importância

¹⁰ Ver: SANTA CATARINA. *Decreto-Lei n° 88*, de 31 de março de 1938, e *Decreto-Lei n° 301*, de 24 de fevereiro de 1939, assinados por Nereu Ramos.

¹¹ Ver: MONTEIRO, Jaecyr, *Nacionalização do Ensino em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1979, e AQUINO, Ivo. *Nacionalização do Ensino*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942.

que a educação formal assumia para a efetivação da campanha de nacionalização. Os jornais locais apregoavam a necessidade do poder público se preocupar com a educação, como se lê:

Cuidemos com carinho da Instrução Publica. Ensinemos com desvelo aos filhos dos colonos. Mostremos a esses pequeninos entes, a grandeza da nossa pátria. Procuremos porem incutir nesses homens de amanhã um civismo sadio – esta terra generosa que recebeu os seus pais, que os viu nascer – não os quer estrangeiros. É preciso que cada filho de colono aprenda a sentir conosco os ímpetos da nacionalidade. (In: O Cruzeiro, ed. 9, nov. 1933, *apud* HEINSFELD, 2003).

Para. José Carlos Radin, a imprensa regional não cansava de discutir e cobrar das autoridades a adoção de diferentes medidas, objetivando fazer com que todos falassem e escrevessem a língua nacional, inclusive os padres e pastores: “Entre as exigências, estava a nacionalização do clero, pois se dizia que por meio dele, além de entrarem no Brasil diferentes ideologias, havia o estímulo à manutenção da fala dos imigrantes” (RADIN, 2001, p. 156).

Na cidade de Caçador, a posição da imprensa pró-nacionalização não era diferente daquela desenvolvida em Cruzeiro. Pregava-se a brasilidade doutrinando os leitores pela difusão de valores patrióticos, chamamentos cívicos e combate aos estrangeirismos. No artigo “Os maus brasileiros” do jornal local “A Imprensa”, lê-se:

[...]. Si toda a imprensa, como esse jornal, compreendesse a importância do papel que lhe cabe na Campanha Nacionalizadora que vem se processando no país e cooperasse com as autoridades nesse sentido por certo que os maus brasileiros, que agem de acordo com os espíões estrangeiros, tramando contra nossa integridade territorial, encontrariam um campo bem menos propício para suas nefastas atividades. O que o Brasil quer, para garantia dos seus princípios democráticos, é manter afastadas das suas fronteiras as doutrinas exóticas, venham elas d’onde vierem (A Imprensa, 20 set. 1941, p. 1).

Odelir Neves defende a hipótese de que o isolamento geográfico não possibilitava aos imigrantes a assimilação de uma identidade brasileira e antes da campanha de nacionalização, não houve preocupação oficial do governo com relação a isso. “Assim, as suas representações culturais se reproduziram na escola de língua materna e, pelo uso dela na organização

familiar”, comenta ele¹². Esse uso da língua estrangeira foi encarado pelo Estado como uma manifestação de falta de brasilidade, da não identificação desses imigrantes e seus descendentes com os objetivos e valores nacionais, bandeiras do Estado Novo. Neves ressalta que um dos meios usados para forjar uma identidade cívica brasileira foi a substituição das escolas de língua alemã, por escolas com professores ministrando aulas em português; na sua opinião, ao se depararem com uma realidade abrupta, onde os descendentes de imigrantes viam suas escolas sendo fechadas e muitas vezes destruídas, bem como suas associações comunitárias, só lhes restava ficar à margem da sociedade¹³.

CONCLUSÃO

Somente agora, depois de transcorrido pouco mais de meio século da segunda campanha da nacionalização, a pesquisa em História da Educação em Santa Catarina busca uma revisão ou uma re-interpretação deste interessante fenômeno, importantíssimo para a compreensão do desenvolvimento do processo educativo na Região do Contestado, área que até 1917, tinha a administração dividida com o Paraná.

A análise do fenômeno da “nacionalização”, na sua universalidade de abrangência nacional-federal, é que promove a assimilação dos fatos no nível estadual e a sua singularidade no âmbito regional, alcançando as esferas municipais. Os estudos teóricos acerca dos temários envolventes, de nacionalismo, civilidade e ideologias, são fundamentais para o entendimento da inserção dos atos administrativos, considerados sempre legais, mas nem sempre legítimos e quase nunca morais, na Educação Escolar.

Aqui, abordamos historicamente os procedimentos oficiais desenvolvidos contra as escolas primárias alemãs, ucranianas, polonesas e italianas, elas que preenchiam a lacuna do ensino público e, seus fechamentos, aliados às outras medidas impostas pela campanha de nacionalização, foram prejudiciais ao desenvolvimento regional, onde, por exemplo, a comunidade teuto-brasileira representou, no período estudado, mais de vinte por cento do seu contingente populacional.

Santa Catarina era o Estado que apresentava, proporcionalmente, a maior população de origem alemã no Brasil. Nas regiões que receberam imigrantes germânicos, muitas das

¹² NEVES, apud RIBEIRO, Adriano. *Nacionalização, uma triste lembrança*. Joinville: Jornal A Notícia, ed. 5 jul. 2001.

¹³ NEVES, apud RIBEIRO, Adriano. *Nacionalização, uma triste lembrança*. Joinville: Jornal A Notícia, ed. 5 jul. 2001.

escolas que os habitantes conheciam eram as alemãs, dirigidas por professores alemães e, onde se ensinava exclusivamente a língua alemã; nessas escolas, o estudo da língua portuguesa era facultativo. Em menos de três anos o Interventor Estadual, sr. Nereu Ramos, liquidou com esta influência estrangeira no ensino, nacionalizando completamente municípios de várias regiões, consideradas por muitos como “irrecuperáveis”. Quase que de um só gesto, fechou mais de 700 escolas de organização estrangeira (escolas particulares e paroquiais) ao mesmo tempo em que criou outras tantas, para serem dirigidas por professores nacionais, nos mesmos lugares onde antes funcionavam as primeiras, só que nem todas vieram a funcionar, por falta de professores-brasileiros habilitados e de recursos materiais e financeiros para sua manutenção.

Também há que se considerar que, nas estatísticas governamentais, é notória a menção ao fato de que o número de alunos matriculados no início de cada ano escolar era infinitamente superior ao número de alunos que, efetivamente, freqüentavam a escolas. Isso se devia à decisão oficial catarinense – ainda de 1874 – de punir os pais que não matriculassem seus filhos; estes, entretanto, por problemas de linguagem, não iam às aulas e os pais não sofriam punição, uma vez que a obrigatoriedade referia-se à matrícula e não à freqüência. E, como acrescenta uma das principais autoridades em História da Educação de Santa Catarina na contemporaneidade, a Professora Neide Almeida Fiori,

[...] os estabelecimentos públicos de ensino das zonas coloniais, quando existiam, eram insuficientes para toda a população escolar. Além disso, os imigrantes não apreciavam matricular seus filhos nessas escolas, seja por preferirem que suas crianças fossem escolarizadas no idioma dos antepassados, seja por terem – os imigrantes e os alunos – dificuldades de comunicação verbal com os mestres de escolas públicas, que falavam apenas o português (FIORI, 1975, p. 117).

Nos municípios da Região do Contestado, a campanha da nacionalização – em seus dois momentos – ainda têm sido tema de difícil acesso para a ciência, pois que vieram a envergonhar substanciais parcelas da população regional, constringendo famílias de envolvidos, que delas sobreviveram com a pecha de estrangeiros, quando não malfeitores e inimigos da Pátria e, no caso mais recente, com a pecha de “quinta-colunas”¹⁴.

¹⁴ “O ‘Quinta-Coluna’ é um indivíduo que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, concorre para o fortalecimento dos inimigos da pátria, por seus atos, até mesmo aparentemente inocentes, encorajando-os ao desrespeito às autoridades constituídas, concorrendo para criar a desconfiança entre as classes sociais, incrementando, dessarte, a anormalidade e o desgaste no esforço de guerra da nação” (RIBAS, 1944, p. 190).

REFERÊNCIAS

AQUINO, Ivo. *Nacionalização do Ensino*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942.

AMARAL, Aggeô Pereira do. São Paulo. *Revista Educação*. Diretoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo: abril/maio 1932, v. VII, n. 4-5.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e Gaúchos*. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1975,

BEZERRA NETO, Luiz. *A luta pela escola pública rural na primeira metade do século XX e suas articulações com o ruralismo pedagógico*. Texto preliminar de capítulo de tese em elaboração para Doutorado em Educação. Campinas: UNICAMP, 2002. (Mimeografado).

BLEICHUVEL, Ecleides de Fátima. *Duas Instituições e um Projeto: Igreja, Escola e Nacionalização no Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina – 1917-1945*. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Porto Alegre: PUC/RS, 2000. (Mimeografado).

COHEN, Ester. *O Governo Federal e o Partido Nazista no Brasil*. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense - UFF (mimeo).

DALL'ALBA, João Leonir. *Imigração Italiana em Santa Catarina*. Florianópolis: UCS/Lunardelli, 1983.

DE BONI, Luiz Alberto. COSTA, Rovilio. *Os Italianos no Rio Grande do Sul*. 3 ed. Porto Alegre/Caxias do Sul: UCS, 1984.

FICKER, Carlos. *História de Joinville. Subsídios para a Crônica da Colônia Dona Francisca*. 2 ed. Joinville: Ipiranga, 1965.

FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da Evolução do Ensino Público. Ensino Público e Política de Assimilação Cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano*. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975.

GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *O Perigo Alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. *Nereu Ramos. O da hora da reconstrução nacional*. Florianópolis: 1968.

HEINSFELD, Adelar. *O poder público repressor: a campanha de nacionalização e a educação em Joaçaba SC*. In: Anais do III Jornada do HISTEDBR – Região Sudeste – Americana. Campinas: FE/Unicamp/Histedbr, 2003.

KLUG, João. *A Escola Alemã em Santa Catarina*. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de Escolas. Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 141-155.

KREUTZ, Lúcio. *Magistério e Imigração Alemã. O Professor Paroquial Católico Teuto-Brasileiro do Rio Grande do Sul no Movimento da Restauração*. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo: PUC, 1985.

MARLOW, Sérgio Luiz. *Nacionalismo e Igreja: o Estado Novo e a Igreja Luterana Sínodo de Missouri*. Disponível em: <www.anpuhes.hpg.ig.com.br/sergio4.htm>. Acesso em 12 jul. 2003.

MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do Ensino em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1979.

MULLER, Telmo. *A nacionalização e a escola teuto-brasileira evangélica*. In: MULLER, Telmo (org.) *Nacionalização e imigração alemã*. Anais do X Simpósio da Imigração e Colonização Alemãs. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

OLIVEIRA, Lúcia L. *O Brasil dos Imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

OTTO, Clarícia. *As Escolas Italianas entre o político e o cultural: discursos e tensões na construção de sujeitos*. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de Escolas. Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 105-114.

PAYER, M. Onice. *Memória(s) da Língua. Língua Nacional e Língua Materna*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, IEL/Labeurb, sd. (Mimeografado).

PY, Aurélio da Silva. *5ª Coluna no Brasil. A Conspiração Nazi no Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1942.

RADIN, José Carlos. *Italianos e Ítalo-brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense*. 2 ed. Joaçaba: Unoesc, 2001.

RIBEIRO, Adriano. *Nacionalização, uma triste lembrança*. Joinville: Jornal A Notícia, ed. 5 jul. 2001.

RODRIGUES, Francisca Pereira. *O Braço Estrangeiro*. I Congresso Brasileiro de Ensino Rural. São Paulo: 1937.

A Educação em Santa Catarina. Revista do Globo, ano XXI, n. 493. Porto Alegre, 15/10/1949.

RIBEIRO, Adriano. *Nacionalização, uma triste lembrança*. Joinville: A Notícia, de Joinville, Caderno Anexo, 5 julho 2001, p. 1.

SOECHTING, Walter. *Vom deutsch-brasilianischen Schulwesen in Santa Catarina*. In: ENTRES, Gottfried. *Gedenkbuch zur Jarhundert-Feier Deutscher Einwanderung in Santa Catarina*. Stuttgart-Florianópolis: Livraria Central, Aberto Entres & irmão, 1929.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo/Rio: USP/Paz e Terra, 1984.

RIBAS, Antonio de Lara. *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*. 2 ed. Florianópolis: Delegacia de Ordem Polícia e Social de Santa Catarina / Imprensa oficial, 1944.

SEYFERTH, Giralda. *Colonização, Migração e a Questão Racial no Brasil*. Rio: UFRJ. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/n53/giralda.html>>. Acesso em 2004.

_____. *Nacionalismo e Identidade Étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

THOMÉ, Nilson. *Primeira História da Educação Escolar na Região do Contestado*. Caçador: UnC/ Museu do Contestado, 2002.

_____. *História da Imigração Italiana em Caçador*. 2 ed. Caçador: UnC, 1993.

_____. *Pioneirismo da Imigração Alemã, em Santa Catarina, na Região do Contestado*. Caçador: UnC/Museu do Contestado, 2004.

_____. *Colégio Aurora. Uma Visão Histórica*. Caçador: Prefeitura Municipal, 1993.

_____. *A Valorização da Escola Pública pela Nacionalização das Escolas Alemãs na Região do Contestado em Santa Catarina*. In Anais do VI Seminário Nacional do HISTEDBR – História, Sociedade e Educação no Brasil. CD-Room. Campinas: UNICAMP, 2003.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *As Escolas da Colonização Polonesa no Brasil*. Col. Galha Azul. Curitiba: Champagnat, 2002.

Recebido: Agosto/2004
Aprovado: Setembro/2007